

Entrevista com Rui Altieri (CCEE): “Sem espaço para o retrocesso”

SIL, Antônio Carlos. “Entrevista com Rui Altieri (CCEE): ‘Sem espaço para o retrocesso’”. Brasil Energia. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2018.

A pouco menos de um ano de completar seu primeiro mandato à frente da presidência do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri tem mantido a instituição bastante proativa nas discussões das principais questões que envolvem a sustentabilidade e a evolução do mercado livre. No momento, o esforço está concentrado na tentativa de resolver a liquidez do mercado de curto prazo, que acumula uma pendência financeira de cerca de R\$ 8 bilhões, em valores de agosto. Em segundo lugar nas prioridades, vem o esforço técnico para colocar em prática o PLD horário, um avanço que, segundo ele, além de trazer maior eficiência ao mercado, beneficiará os consumidores em geral, proporcionando uma nova dinâmica de negócios ao setor. A seguir, alguns dos principais trechos de entrevista concedida à Brasil Energia.

Decorridas mais de duas décadas da instalação do mercado livre no Brasil, qual o balanço que o sr. faz e como a CCEE evoluiu ao longo desse período?

Sem dúvida nenhuma, o mercado livre está consolidado no Brasil. Começou incipiente, mas foi ganhando importância e hoje é muito dinâmico, com muitas adesões. Tanto consumidores como comercializadoras se adaptaram muito bem. Lógico que, em duas décadas, muita coisa mudou, mas o mercado se adapta rapidamente às mudanças. O preço é a principal vantagem, com bons negócios tanto para as comercializadoras quanto para o comprador. São valores bem expressivos em comparação com as tarifas do ambiente regulado. E temos várias evoluções, como migrações mais rápidas e com o mesmo sistema de medição – que era uma barreira no passado. Fala-se muito na própria segurança do mercado, mas não há problemas de inadimplência. São poucos e são resolvidos, a maioria administrativamente. Pouquíssimos levam a alguma questão judicial, temos apenas cinco casos em um universo enorme.

Qual foi o momento mais complicado nessa trajetória?

Há dois ou três anos tivemos um boom de migrações e não estávamos preparados naquele momento para enfrentar isso. Mas, rapidamente, a questão foi modernizada internamente e, hoje, a migração é um processo tranquilo e flui facilmente. Tínhamos uma média de nove migrações por mês e passamos a quase 200 por mês em 2016. Havia dúvidas sobre como a CCEE lidaria com isso, mas demos conta e não há nenhum problema.

O que ainda precisa melhorar?

O que está faltando para o mercado livre deslançar é a clara separação do que é o ambiente de atacado e o ambiente de varejo. Isso só vai se dar com a implementação plena do comercializador varejista. Não é razoável um pequeno comerciante se preocupar com taxa de adesão, energia de reserva, contabilização,

etc. Isso não é o dia a dia dele. Para isso, foi desenhada a figura do comercializador varejista, que só vai acontecer quando for obrigatória, conforme proposta da Consulta Pública 33 e que foi absorvida no PL [1.917/2015].

Como o sr. está acompanhando as discussões em torno do PL 1.917/2015, que trata da abertura ampla e gradativa do mercado livre? A tendência é que fique no formato atual ou deve receber modificações?

É difícil fazer uma previsão. Acredito que ela é boa sim. Pequenos ajustes podem ocorrer, mas o importante é deixar a linha mestra da ideia. Fazer a abertura de forma paulatina, talvez, um pouco mais rápido do que está proposto. Os valores de separação entre atacado e varejo podem ser ajustados em pequena monta, mas o que importa é manter a linha média para o crescimento sustentável. Assim chegaremos a bons resultados.

Em paralelo a esse processo, quais são os planos da CCEE para os próximos anos?

Nosso primeiro problema é resolver a questão do GSF. É um problema do presente. E o que vemos depois disso é a implementação do preço horário. Todos os mercados mais desenvolvidos têm preço horário e nós temos que chegar neste mesmo conceito. A meta era 2019, não conseguimos, e agora a meta é 2020. Temos todas as condições de implantá-lo nesse horizonte. Isso não depende de nenhum comando legislativo. O próprio setor elétrico tem competência para fazer isso. Falta implantar as questões, tanto na CCEE como no ONS, e preparar o mercado para essa mudança. Além disso, é preciso pegar as propostas de separação entre lastro e energia, bem como para a expansão para o mercado livre. Porque hoje só conseguimos garantir expansão para o mercado regulado. Até agora o mercado livre vem pegando carona na expansão do mercado regulado. Queremos o mercado livre crescente e autônomo.

Quais as oportunidades que se abrem com o PLD horário?

Principalmente, ter maior aderência entre preço e operação. Um exemplo bem claro é o que ocorreu em maio último. Durante alguns horários do dia, em meio à greve dos caminhoneiros, o ONS teve que desligar algumas térmicas – porque não havia necessidade de elas operarem – e usar energia das hidrelétricas. Isso custou R\$ 115 milhões. Entre 80% e 90% desse custo teria sido evitado se tivéssemos preço horário naquele mês. Como se consegue, na sexta-feira, fazer uma média de mercado para toda a semana, sabendo que o sábado e o domingo são diferentes, quando tem feriado é diferente, quando faz calor é diferente, quando faz frio é diferente? Não se consegue fazer todo esse acompanhamento na sexta-feira quando é calculado o PLD. A CCEE opera de acordo com essa realidade. Olhe o dia de hoje comparado com uma semana atrás [a entrevista foi realizada no dia 6 de agosto]. É totalmente diferente, chuvoso e frio. Como é que na sexta-feira passada se poderia fazer a previsão desse mercado? E a semana não foi vista com essa variação toda de temperatura. Uma máquina hidráulica que sai de operação ou uma máquina que retorna de maneira antecipada, isso não é capturado. O preço horário consegue capturar exatamente aquelas alterações que são do dia a dia.

Os atuais contrastes climáticos são um desafio para formatar o PLD horário e torná-lo uma referência confiável?

Previsão de afluência é muito difícil. Até no dia a dia ela é difícil. Imagine em uma base semanal. Com o PLD horário será muito mais assertivo, os cálculos serão bem mais aproximados e conseguiremos estabelecer preço com muito mais segurança. O ONS já faz isso, opera com bastante segurança e assertividade.

Além do ganho de precisão, que outras vantagens o sr. prevê?

Com o preço horário, certamente surgirão novas oportunidades de negócio: resposta

à demanda, armazenamento, usina de bombeamento [hidrelétricas reversíveis]. Todos os mercados desenvolvidos já têm isso e aqui ainda não temos.

Quais são os próximos marcos da implantação do PLD horário?

Desde abril estamos divulgando o “PLD sombra”, que é publicado diariamente hora a hora. O segundo passo é que, no curto prazo, vamos começar a divulgar os resultados de uma possível contabilização, com base no PLD horário. Isso será muito importante para os agentes saberem como é que seria creditado e se prepararem para a mudança. Vamos fazer interações com os agentes para saber quais são suas principais preocupações e esclarecer as pendências. Acredito que até julho do ano que vem todas as questões estarão resolvidas para que possamos entrar em operação a partir de janeiro de 2020.

A proposta sobre GSF, que está no Senado, deve resolver o quadro atual? E quanto a uma proposta estrutural para evitar novos problemas no futuro?

Existem possibilidades de solução para a questão do GSF. A primeira é a via judicial, que não é a ideal. Mas pode ser que o Judiciário resolva e teríamos que tratar a parte do pagamento. A melhor decisão é uma proposta de entendimento. A [proposta] que está no projeto de lei [10.332/2018] já passou por discussões entre os agentes da CCEE e na própria Aneel. Acreditamos que, uma vez aprovada, vai precisar de regulamentação, mas a questão do passivo estará superada. Temos que tratar de uma solução estrutural para o MRE [Mecanismo de Realocação de Energia], pois, na primeira situação de crise hídrica, os problemas vão se apresentar novamente.

Qual seria a solução?

Estamos trabalhando, conversando com os agentes, para tentar montar uma proposta que dê uma solução estrutural para o MRE. Temos a convicção de que, do jeito que está – mesmo que se resolva todo o passivo atual –, se tivermos mais um ou dois anos de seca e de hidrologia ruim, os problemas voltarão a acontecer. Talvez não na mesma magnitude, mas não dá para enfrentarmos o mesmo problema. Existem algumas ideias que precisam avançar para se chegar num melhor entendimento. Do jeito que está não é razoável. Estamos falando, hoje, de algo em torno de R\$ 7 bilhões [o montante atualizado é R\$ 8 bilhões] em valores represados de GSF somente no mercado livre.

Qual seriam os trâmites dessa saída estruturada que está em estudo?

Todas as instituições estão preocupadas com a questão estrutural. O que estamos tentando é montar uma proposta. A partir disso, se ela for de competência do regulador, vamos levá-la à Aneel. Se houver alguma alteração legal, levamos ao ministério. Não podemos perder de vista que a parcela do mercado regulado que está repactuado está pesando bastante sobre quem repactuou, e quem suporta o peso é o consumidor cativo. Nos últimos 12 meses, isso trouxe cerca de R\$ 16 bilhões de despesas para as distribuidoras, que são a mola propulsora de todo o dinamismo do mercado. Se tivermos problemas de fluxo de caixa, o mercado terá um problema tão grande quanto aquele que teve em 2014, quando foram feitos os empréstimos da conta ACR.

No passado, houve uma turbulência quanto ao comportamento de algumas distribuidoras. Agora está tudo resolvido?

Vou falar do presente. Desde que estou aqui não tive problemas com comercializadoras. Temos diferenças de entendimento e algumas das nossas associadas buscam a via administrativa. Quando isso não dá certo procuram o Judiciário, o que é algo natural. Sempre vamos formar a nossa opinião e, se nos convencerem de que estamos equivocados, mudamos sem nenhuma dificuldade. Da mesma forma, exploramos todos os nossos argumentos para convencer o outro lado,

mas sempre de maneira muito saudável.

Mesmo quanto ao caso da comercializadora do BTG Pactual, em que ocorreu certo desentendimento, com reação, inclusive, da Abraceel em defesa da associada?

Entendemos que, no caso de preferências para algum segmento ou agente, em detrimento de outro, não podemos concordar. Como naquelas divergências que mencionei há pouco, vamos enfrentá-las no Judiciário, mas com tranquilidade, conversando e colocando o nosso entendimento como eles colocam o deles. Todos os entendimentos são legítimos. O Judiciário vai resolver a questão em favor de quem ele entenda que tem melhores argumentos e está com a razão. O que sempre defendemos é que, antes de procurar o Judiciário, vamos tentar resolver os problemas aqui no setor elétrico.

Como está o projeto de resposta da demanda, uma vez que o impasse persiste nas liquidações do mercado de curto prazo?

Nas duas últimas liquidações, quem não tinha liminar não recebeu nada. Será que vai existir uma proposta de redução de demanda para receber 10%, 15% do valor? Acho pouco provável. Se acontecer, na situação em que estamos hoje com o mercado, vai ser um aprendizado para o consumidor se preparar para quando o mercado estiver normalizado. Do jeito que está o MCP, é um obstáculo para a implantação definitiva da resposta da demanda.

Estamos no período pré-eleitoral e há manifestações de alguns candidatos que afirmam que vão reverter realizações de governos anteriores, como privatizações de estatais. Qual a sua avaliação sobre isso?

Ainda estamos no início do processo e temos que esperar o vencedor. Seria mera especulação da minha parte falar o que pode acontecer se candidato A ou B ganhasse. Falando aqui do lado da CCEE, retrocesso do mercado livre, por exemplo, considero muito pouco provável. Qualquer candidato que venha a vencer, o fato é que o mercado livre está consolidado e não tem espaço para retrocesso. Pelo contrário, o espaço que vejo é para crescimento.